

Fonte para problematização.

O fumo não medicinal do ópio já era julgado ilegal na China desde 1792, sendo assim o primeiro país do mundo a aprovar tal lei. Em outros países, como na Grã-Bretanha, à época, o seu uso era amplo, chegando o mesmo a ser usado para acalmar crianças com uma mistura líquida conhecida como “láudano”. Em 1770, o cultivo da papoula que dá origem ao narcótico começou a ser incentivado na Índia Britânica, na região nordeste da Bengala. A Companhia das Índias Orientais Britânicas [...]CIOB, responsável à época pela administração da Índia, decidiu então exportar a droga para Cantão. Nas décadas seguintes, o comércio para a China quadruplicou, e já no início do século seguinte o ópio era a mercadoria mais comercializada na região.

O problema inerente a esse comércio era que ele, conforme visto, era ilegal na China. Mas o cultivo e o uso do ópio não eram julgados ilegais [...]. Legalmente, portanto, aos olhos britânicos, a CioB não incorria em crime algum, pois apenas transportava e entregava a mercadoria a negociantes cantoneses locais.

A quantidade de ópio importada pela China, mesmo sendo ilegal, aumentava sensivelmente, drenando os recursos imperiais para o seu pagamento. Entre 1830 e 1836, foi estimado um aumento de 18.956 para 30.302 baús de ópio (cada baú pesando em média 63,5 quilogramas). Em 1838, a importação alcançou 40 mil baús. A balança deficitária, antes britânica, tornava-se agora chinesa no comércio bilateral. O problema que antes era criminal e moral tornava-se, gradativamente, uma questão crucial de Estado.

Diante de tal quadro, Pequim decidiu dismantelar tal tráfico no sul, mandando o comissário imperial Lin Zexu em 1839. Foram presos centenas de traficantes e milhares de cachimbos de fumo. Ademais, Lin lacrou todo acesso ao quarteirão britânico exigindo a entrega de todo o estoque ilícito, o que desagradou o superintendente britânico responsável pelo comércio local, o capitão Charles Elliot. Impaciente com a demora do governo em Londres pela resposta ao impasse, tomou Elliot pronta iniciativa de entregar a mercadoria exigida, por volta de 20 mil baús.

Não satisfeito, o comissário Lin, em seus atributos, exigiu a promessa por escrito de que tal estoque e comércio não voltariam a se repetir sob risco de serem julgados com pena capital por uma corte de justiça chinesa. Houve a recusa dos britânicos diante de tal ultimato a serem submetido a uma justiça vista como “bárbara”. Pouco momentos depois, tiros foram ouvidos advindos das discussões e uma frota armada foi mobilizada atendendo às demandas dos comerciantes britânicos. A China e a Grã-Bretanha entraram em guerra.

No que ficou conhecida como a Primeira Guerra do Ópio de 1842, ficou claro o oportunismo britânico em demonstrar a sua agressão via superioridade bélica naval, contrastando com a inexpressiva frota chinesa à época [...]. No decorrer dos eventos do conflito, uma esquadra britânica adentrou o rio Yangtzé e bloqueou o Grande Canal que possibilita o transporte essencial de grãos demandados pela árida região norte chinesa em torno da capital imperial. Após o bloqueio, a dinastia Qing foi obrigada a assinar os termos do Tratado de Nanquim (1842) em que foram abertos ao acesso comercial cinco portos chineses [...] A dinastia Qing também foi obrigada a indenizar os custos de guerra estimados à época em US\$ 20 milhões.